

MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ



Relatório de Histórico de Andamento de Atividades

PROTOCOLO

Identificador: 8c177b86-7525-47c6-a43f-069e81733e92
Protocolo: Processo Requerimento Nº 010368/2024
Data: 24/04/2024 14:45:24
Origem: KOLOMBUS GASTRONOMIA E EVENTOS LTDA
Contato: KOLOMBUS GASTRONOMIA E EVENTOS LTDA
*** contatos indisponíveis ***
Protocolador: MATEUS DE CASTRO
Assunto: RECURSO - ANÁLISE DE PROCESSOS
Detalhamento: RECURSO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
----	--------	---------	--------------	----------

Prefeitura Municipal de
Nova Friburgo
MATEUS DE CASTRO
APOIO A COMISSAO DE
PREGAO

Segue protocolo para as devidas
providências.

Enviada

24/04/2024 14:45:36

Gerado por: mateusprotocolo@hotmail.com Página 1 de 1

24/04/2024 14:45

Precado Senhor Pregoeiro,

Referente ao prego eletrônico 248/2023

Contratante UASG 985867

Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Refeições- alimentos prontos(preparados por terceiros) tipo quentinha para atender ao ponto de apoio para população em situação de rua em cumprimento às disposições da Portaria numero 369/2020 com alterações da Portaria MDS n.884 de 10 de maio de 2023 para execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede do sistema unico de assistência social (SUAS), pelo periodo de 01 (um) ano.

A empresa KOLOMBUS GASTROMIA E EVENTOS LTDA, portadora do CNPJ numero:26396909/0001-02, estabelecida na Av. dos Ferroviantos, 140 - Duas Pedras- Nova Friburgo- RJ, representada pela Sra. Kenia Rodrigues Rocha, portadora do CPF numero 029.641.747/50 e RG. 09690659-9 Detran RJ , residente e domiciliada em Rua agosto severo, 96- Centro - Nova Friburgo- RJ - , perante Vsa, no prazo legal , interpoe recurso em que findou nao habilitada a empresa em processo licitatorio em virtude de KOLOMBUS EVENTOS E GASTRONOMIA LTDA. não comprovar atender às exigências editalicias quanto a Certidão de Falência (item 18.2) e Registro da empresa junto ao CRN (item 19.1.1), expondo para tanto os fundamentos a seguir.

* Foi apresentada a certidão de Ações fazendárias, pois a mesma informa que NÃO CONSTA DEBITOS. Uma vez que a certidão fazendaria , não apresenta débitos, fica IMPLICITO QUE NÃO HÁ FALENCIA.

Entendeu-se que o artigo 18.1 certidão negativa de insolvencia Civil, CASO DE TRATE DE PESSOA FISICA, e o art.18.2 certidão negativa de falencia , a qual foi apresentada a fazendaria, entendia -se que atenderia.

A referida certidão especifica nao existe mais nos termos solicitados, usando de praxe o uso da similar, neste caso a fazendaria- a qual venho novamente afirmar que NÃO EXISTE DEBITO E CONSEQUENTEMENTE NAO EXISTE FALENCIA.

O termo utilizado deveria ser , Certidão Civil e nao certidão de falencia, pois essa não existe mais. Inclui nos anexos a foto exata da pagina onde solicitamos no portal onde mostra : * ações civis - * ações criminais * ações fazendarias - * para fim especial.

Já com relação ao cadastramento da empresa junto ao CRN, nossa empresa esta devidamente cadastrada no CRN através do código de registro numero 24200110, conforme documentação anexada ao SICAF.

Foi solicitado ao portal CRN4 a certidão, cuja informação através do contato telefonico para maior agilidade, é que o site não havia sido atualizado. Mediante este fato, foram enviados na data de 19/04 varios e-mails (conforme anexos) para comprovação do fato, solicitando alguma notificação que me provasse nossa incorção, já que site nao havia sido atualizado. A notificação chegou apesar da demora e incompetencia do escritorio da CRN4, porém não tínhamos mais tempo habil anexa-la a pagina da licitação.

E para finalizar, peço que seja recebido e julgado procedente o presente recurso apresentado como forma de reconsideração da decisão para que tenhamos habilidade ao processo.

sem mais para o momento

att

Kolombas Gastronomia e Eventos Ltda.
Kenia Rodrigues Rocha

Processo N°: 10368/24	Rubrica
	Fls: 4

Processo Nº. 10368/24

Rubrica

Fls. 5

PORTAL EXTRAJUDICIAL

CONSULTA DE NASCIMENTOS E ÓBITOS

REQUERIMENTO DE CERTIDÃO ELETRÔNICA

Busca por Modelos

Podem ser solicitados mais de um assunto e para cada competência selecionada será gerada uma certidão.

☐

Ações Cíveis

☐

Ações Criminais

☐

Ações Fazendárias

☐

Para Fim Especial

+

+

+

+

Continuar

Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Av. Erasmo Braga, 115 - 7º e 8º andares - Lâmina I - Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP:20020-903 - Telefone - (21)3133-2000
E-mail - corregedoria@tjrj.jus.br
Copyright © 2011

PORTAL EXTRAJUDICIAL
CERTIDÃO JUDICIAL ELETRÔNICA

Processo Nº	10368/24
Rubrica	Rs. 6

REQUERIMENTO DE CERTIDÃO ELETRÔNICA

Estes são os modelos oferecidos por assunto. Sua escolha determina a quantidade e tipos de certidões necessárias para a sua finalidade.

A emissão das certidões nesta página é gratuita, devendo ser observado que possuem validade de 90 dias, sendo desnecessária a solicitação de novas e idênticas certidões nesse período.



Ações Fazendárias



Adoção



Arma de Fogo



Ata/Reciclagem de Vigilantes



Blindagem de Veículo



Concurso

Processo Nº. 0368/24

Rubrica

Fis: 7

Emprego



Escritura



Inventário e Partilha



Motorista



Busca por Modelos

Requerimento através de Competências Cível, Criminal, Fazendária ou Fim Especial, determinado pelo requerente.



Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Av. Erasmo Braga, 115 - 7º e 8º andares - Lâmina I - Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP:20020-903 - Telefone - (21)3133-2000
E-mail - corregedoria@tjrj.jus.br
Copyright © 2011

^ v

Details

Details

Eu realmente estou com.o prazo muito

curto..

ME AJUDEM!!!

-----Mensagem original-----

De : registropj@crn4.org.br

Data: 19/04/2024 12:11 (GMT-03:00)

Para: 'kenia rocha'

<keniakolombus@hotmail.com>

Assunto: RES: Atendimento urgente

Prezada,

Já solicitamos análise urgente. Peço que aguarde.

Atenciosamente,

Thätiane Ildefonso

Assistente Amministrativa

RIO DE JANEIRO

Response.. Resp. tod.. Encaminh.. Apagar Mais

Processo N.º 10368/24
Rubrica
Fls: 30



Atendimento urgente

19 de abril de 2024 12:01

registropj@crn4.org.br Detalhes

Ola.. eu liquei agora a pouco.
Falei com Thiago..
Podem me ajudar??
Por favor???

Grata
Kenia



RE: RES: Atendimento urgente

19 de abril de 2024 12:13

Detalhes

registropj@crn4.org.br

Estou aguardando ...
Muito o pelo amor de Deus

----- Mensagem original -----

De : registropj@crn4.org.br

Data: 19/04/2024 12:11 (GMT-03:00)

Para: 'kenia rocha'

<keniakolombus@hotmail.com>

Assunto: RES: Atendimento urgente

Prezada,

Já solicitamos análise urgente. Peço que
aguarde.

Atenciosamente,

Thatiane Ildefonso

Assistente Administrativa



DESIJAB 2022 - 2025

INOVA CRN-4

Conselho Regional de
Nutricionistas

CRN-4

RIO DE JANEIRO

Av Rio Branco, 175, 5º andar | Centro | Rio de Janeiro (RJ) | 20040-007

Atendimento Online crn4.org.br

ESPÍRITO SANTO

Av. Fernando Ferrari, 1.020, sala 401 - América Centro Empresarial - Torre Central |

Mata da Praia, Vitória (ES) | 29066-380

Tel (27) 3515-5311 - de segunda a sexta-feira das 10 às 16h

Atendimento presencial por ar

Atendimento Online crn4.org.br

crn4@crn4.org.br

crn4@crn4.org.br

crn4@crn4.org.br



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
NOVA FRIBURGO DCP
Avenida Eutérpe Friburguense, 201
CEP: 28.605-130 - NOVA FRIBURGO (TODOS OS SETORES) - NOVA
FRIBURGO - RJ

Processo Nº. 10308/24
Rubrica
Folha: 1 de 1

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedor Geral da Justiça
Código Identificador de Certidão
CAAG51882-LSK
Consulte a validade do CIC em:
<http://www4.trf1.jus.br/portal-extrajudicial/>

CERTIDÃO

2024.2774198.078-1

O Responsável pelo gerenciamento do Distribuidor Oficializado desta Comarca, designado na forma da lei, CERTIFICA com referência aos assuntos mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Cartório os livros e/ou assentamentos abrangendo todo o inciso III do Artigo 21 da CNCGJ - Parte Judicial, das distribuições em curso relativos a:

I - Ações privadas das Varas de Fazenda Pública;

II - Ações privadas das Varas de Divida Ativa Municipal;

III - Ações privadas das Varas de Divida Estadual, desde:

vinte e um de março de dois mil e quatro até vinte e um de março de dois mil e vinte e quatro,

NADA CONSTA no(s) nome(s) de KOLOMBU'S EENTOS E GASTRONOMIA LTDA E 26.396.909/0001-02, pesquisado(s) por semelhança, dados esses fornecidos pelo requerente, conforme pedido de certidão nº 2024.2774198.078-1, arquivado eletronicamente neste Serviço Registral.

Finalidade declarada pelo requerente: Concorrência e Licitação - LICITAÇÃO PUBLICA.

ELIAS ROCHA MONTEIRO - Matr. 27462 - TECNICO DE ATIVIDADE JUDICIARIA deu as buscas para esta Certidão, que segue assinada eletronicamente pelo Oficial Registrador deste Ofício.

Emitida em 21/03/2024 14:24:11

NOVA FRIBURGO, 21 de março de 2024.

Emolumentos
Gratuito/Isento

✓ Válido somente com Código Identificador de Certidão - CIC.
✓ A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página <http://www4.trf1.jus.br/portal-extrajudicial/certidao>
✓ Certidão Emitida nos termos Art. 31 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Rio de Janeiro - Parte Extrajudicial.
✓ Provisimento CGJ nº 51/2018 regulamentando a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro.
✓ Documento emitido por processamento Eletrônico. Qualquer emenda ou rasura será considerada como indicio de adulteração ou tentativa de fraude.
✓ Esta Certidão Eletrônica estará disponível para download pelo período de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.
✓ Senhor usuário, se necessário, é possível obter certidão que abranja outros períodos de consulta para além do pesquisado. Informe-se com o cartório do distribuidor.

PORTAL EXTRAJUDICIAL
CONSULTA DE SELOS EXTRAJUDICIAIS

Processo Nº.	10368
Rubrica	Fls. 13

BUSCA DE CERTIDÃO ELETRÔNICA

A sua busca retornou os seguintes resultados:

Nr. Certidão	Finalidade (Modelo)	Situação	Data de Emissão	Data de Validade
2024.2918996.525-1	Concorrência e Licitação	Em Análise / Em Processamento		

Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Av. Erasmo Braga, 115 - 7º e 8º andares - Lâmina I - Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP:20020-903 - Telefone - (21)3133-2000
E-mail - corregedoria@tjrj.jus.br
Copyright © 2011

REGISTRO CATEGORIA

26.396.909/0001-02 CPF/CNPJ

KOLOMBUS
EVENTOS E
GASTRONOMIA
LTDA

Pré-cadastro



SERVİÇSÖZLÜK



CRN-4
Conselho Regional de Nutricionistas



SERVIÇOS ONLINE..
crn-04.implanta.net.br



QUALITY

451

• NO

18368

Encerrada a fase de seleção de fornecedores do PE nº 248/2023, sem que qualquer empresa houvesse sido habilitada e o pregão declarado fracassado, com base no Edital, foi aberta a fase de recursos, tendo sido apresentada intenção/proposição tempestivamente, pela empresa **KOLOMBUS GASTRONOMIA E EVENTOS LTDA.**, contra a decisão do pregoeiro que a inabilitou, que foi aceita por este Pregoeiro e a equipe de apoio.

I. DO RELATÓRIO
I.A. RESUMO DO RECURSO

Trata-se de **RECURSO** interposto pela empresa **KOLOMBUS GASTRONOMIA E EVENTOS LTDA.**, com fulcro no artigo 165 da Lei nº 14.133/2021, por intermédio de seu representante legal, **tempestivamente**, contra os termos a decisão deste pregoeiro que inabilitou a empresa, no Pregão Eletrônico nº 248/2023.

Processo Licitatório nº 4.196/2023, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 248/2023, REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de **REFEIÇÕES - alimentos prontos (preparados por terceiros) tipo quentinha para atender ao Ponto de Apoio para População em situação de Rua em cumprimento às disposições da Portaria nº 369/2020 com alterações da Portaria MDS nº 884 de 10 de maio de 2023 para execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), pelo período de 01 (um) ano.**

DESPACHO


Comissão de Pregão II

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA



NOVA
FRIBURGO
PREFEITURA



PROCESSO Nº: 10.367/2024
RUBRICA: 
FOLHA: 15

Durante a sessão, conforme pode ser verificado na transcrição do chat, foi concedido a empresa em caráter de diligência na forma que dispõe o item 15.9 edital, o prazo de 2 (duas) horas para apresentação dos referido documento, ocorre que a empresa não possuía, na ocasião da abertura do certame, os referidos documentos, quais sejam a Certidão Negativa de Falência (item 18.2 do edital) nem a Certidão de regularidade junto ao CNR (item 19.1.1 do edital), tendo anexado ao sistema o protocolo de cadastramento junto ao CRN4 (em anexo aos autos), não sendo aceito por este pregoeiro para fins de comprovação da qualificação-técnica. A empresa ainda realizou, após orientação deste pregoeiro, a solicitação da Certidão de Falência, a qual a mesma afirma em sua peça recursal, não existir, junto ao site do TJRJ, conforme protocolo de nº 2024.2918996.525-1 (informado pela própria no chat da plataforma), cujo em consulta na

II. DOS FUNDAMENTOS

Compras.gov.br recurso pedindo a reconsideração da decisão conforme as considerações apresentadas abaixo:

A recorrente suscitantemente alega que (i) foi incorretamente inabilitada, afirmando que "entendia-se que atenderia" a "Certidão Fazendária", apresentada em substituição a Certidão Negativa de Falência, exigida no item 18.2 do edital, afirma ainda que o fato de a certidão apresentada informar que "NÃO CONSTA DEBITOS", fica "implícito que não há falência", prossegue afirmando que a Certidão Negativa de Falência, "não existe mais nos termos solicitados; (ii) em cumprimento a exigência disposta no item 19.1.1, alega que esta devidamente cadastrada junto ao CRN, sob o número 24200110, e que em 19/04/2024 (triso, data posterior a abertura do processo licitatório), solicitou urgência ao órgão regulador na conclusão do cadastro.

I.B. DO RECURSO

Comissão de Pregão II

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA



NOVA
FRIBURGO
PREFEITURA



PROCESSO Nº: 10.367/2024
RUBRICA:  OLHA: 



Comissão de Pregão II

presente data, a situação encontra-se, "em análise / em processamento, (consulta em anexo aos autos).

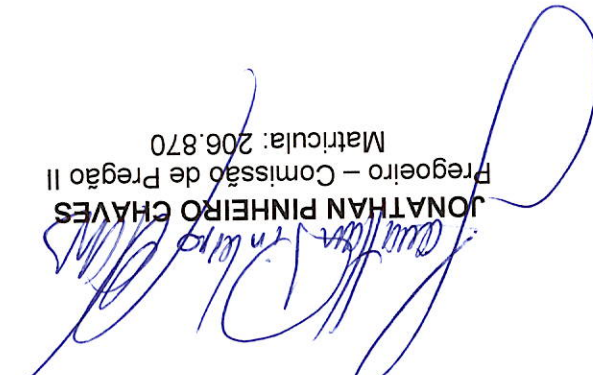
<p>Mensagem do Pregoeiro</p> <p>Item 1</p> <p>Para 26.396.909/0001-02 - Conforme dispõe o item 15.9 do edital, solicito o envio da Certidão(ões) de Registro da Empresa junto ao Conselho Regional de Nutrição - CRN, dentro de seu prazo de validade, no prazo máximo de 2h, improrrogável, sob pena de inabilitação</p> <p>Enviada em 19/04/2024 às 11:44:20h</p>	<p>Mensagem do Pregoeiro</p> <p>Item 1</p> <p>Para 26.396.909/0001-02 - Solicito também nos mesmos termos a Certidão de Falência da empresa, visto que o documento enviado é referente a execução fiscal e não a Falência</p> <p>Enviada em 19/04/2024 às 11:45:23h</p>	<p>Mensagem do Pregoeiro</p> <p>Item 1</p> <p>Para 26.396.909/0001-02 - Sr. licitante, informo que a Certidão de Falência pode ser obtida junto ao site do TJRJ o qual o sr. anexou o print da página, selecionando a opção, "BUSCA POR MODELO", selecionando a opção "Ações Cíveis" ou "Para Fins Especiais". No entanto como a emissão da mesma demora até 8 dias úteis, não será possível a obtenção do referido documento para este certame.</p> <p>Enviada em 19/04/2024 às 14:17:01h</p>
---	---	--



Comissão de Pregão II

Mensagem do Pregoeiro	Item 1	Para 26.396.909/0001-02 - Também informo que não serão aceitos protocolos de cadastramento junto ao CRN ou de emissão de certidão.	Enviada em 19/04/2024 às 14:18:13h
Mensagem do Participante	Item 1	De 26.396.909/0001-02 - amediante a certidão de falencia, já que a que enviei não pode ser aceita, solicitei ao Irij, porém a mesma estará disponível em até 5 dias. Consigo o prazo que a lei faculta?	Enviada em 19/04/2024 às 14:21:43h
Mensagem do Participante	Item 1	De 26.396.909/0001-02 - já solicitada em sistema segundo requerimento numro 2021.2918996525-1	Enviada em 19/04/2024 às 14:27:30h
Mensagem do Participante	Item 1	De 26.396.909/0001-02 - corrigindo requerimento numero 2024.2918996.525-1	Enviada em 19/04/2024 às 14:28:02h


Nova Friburgo, 26 de abril de 2024.


JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro - Comissão de Pregão II
Matrícula: 206.870

Por todo o exposto, feitas as considerações acima narradas, encaminho o presente processo, na forma que dispõe o subitem 25.11 do edital do Pregão Eletrônico nº 248/2023, para pronunciamento de ordem jurídica, a fim de subsidiar a decisão deste pregoeiro.

III. DAS DILIGÊNCIAS

Comissão de Pregão II




NOVA FRIBURGO
PREFEITURA



200 ANOS
1824 - 2024
Instituição Alameda em Nova Friburgo

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 10.367/2024
RUBRICA:  FOLHA: 14

Processo: 10.368/2024

Recorrente: Kolombus Gastronomia e Eventos Ltda.

Assunto: Recurso - Licitação - Pregão Eletrônico n. 248 de 2023 - Processo Licitatório n. 4.196/2023

I. RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico n. 248 de 2023 - Processo Licitatório n. 4.196/2023, que tem por objeto licitar a melhor proposta para a aquisição, via registro de preços, de refeições tipo quentinha para atender ao Ponto de Apoio para população em situação de rua.

Inicialmente, convém registrar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 29 de abril de ano em curso.

Em síntese, a recorrente afirma às fls. 03/04 que a Comissão de Pregão II a inabilitou de forma equivocada por não comprovar atender as exigências editalícias quanto à Certidão de Falência (item 18.2) e registro da empresa junto ao CRN (item 19.1.1), sob a alegação de que foi apresentada a certidão de ações fazendárias informando que não constam débitos, ficando implícito que não há falência.

Afirma, ainda, que a referida certidão não existe mais nos termos solicitados, utilizando como praxe a certidão similar (fazendária).

No que tange ao cadastramento da empresa junto ao CRN, alega que esta devidamente cadastrada através do código de registro n. 24200110, conforme documentação anexada aos SICAF.

Por fim, requer o provimento do recurso para que seja habilitada no processo

licitatório.

A Comissão de Pregão II, em manifestação de fls. 15/19, afirma que foi concedido à recorrente, em caráter de diligência complementar, na forma do que dispõe o item 15.9 do edital, o prazo de 02 (duas) horas para apresentação dos documentos, no entanto, a empresa não possuía os referidos documentos na ocasião da abertura do certame, tendo sido anexado aos autos o protocolo de cadastramento junto ao CRN4, o qual não foi aceito para fins de comprovação da qualificação técnica.

Afirma, ainda, que a empresa realizou, após orientação do pregoeiro, a solicitação da Certidão de Falência junto ao sítio eletrônico do TJRJ, conforme protocolo de n. 2024.2918996.525-1, a qual alegou em sua peça recursal não mais existir, encontrando-se atualmente em análise.

Por fim, encaminhou os autos a esta Procuradoria-Geral para pronunciamento de ordem jurídica a fim de subsidiar a decisão.

E o relatório.

II. DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, verifica-se que o recurso, ora apreciado, é tempestivo e foi recebido pela Comissão de Pregão, pelo que deve ser conhecido, analisado e decidido.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 165 da Lei n. 14.133/2021:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação;

e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

[...]

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, à autoridade que não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias que, se não encaminhar o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos." (sem grifos no original)

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

Portanto, cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria Municipal de Assistência Social, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

Por sua vez, o subitem 22.5 do edital assim dispõe:

"O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual decidirá de forma fundamentada, após a manifestação motivada do pregoeiro, e da Procuradoria Geral Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos".

No caso em exame, conforme narrado no relatório, a Comissão de Pregão II se manifestou acerca do recurso (fls. 15/19), solicitando manifestação jurídica quanto à inabilitação da recorrente.

A certidão negativa de falência foi prevista no subitem 18.2 do Edital do Pregão Eletrônico 248/2023:

"18.2 - **Certidão negativa de falência**, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade (...);".

Trata-se de documento relativo à comprovação da qualificação econômico-financeira previsto no art. 69, inciso II da Lei n. 14.133/2021.

Analisando os autos do processo licitatório, verifica-se que a recorrente, de fato, não apresentou a certidão negativa de falência, mas tão somente a certidão fazendária, demonstrando a negativa de débitos (fls. 654).

Já a Certidão de Registro ou Inscrição de Pessoa Jurídica com a regularidade do licitante junto ao Conselho Regional de Nutrição - CRN foi prevista no subitem 19.1.1 como requisito de comprovação de capacidade técnica operacional (qualificação técnica), na forma prevista no art. 67, inciso V da Lei n. 14.133/2021.

As fls. 655 do processo licitatório foi anexada a cópia do pré-cadastro do registro da recorrente no CRN4, onde consta a situação "em análise".

Salvo melhor juízo, alguns apontamentos merecem desdobramento a fim de que possa ser realizada a análise da legalidade e juridicidade, os quais serão abordados a seguir.

II.1. Dos Benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006

A Lei Complementar 123/2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, estabeleceu normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Dentre os benefícios concedidos às microempresas e empresas de pequeno porte, foi assegurado o prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização da documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista:

Art. 43. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (sem grifos no original).

Ocorre que, no caso *sub examine*, os documentos de habilitação não apresentados pela recorrente não dizem respeito a sua regularidade fiscal e trabalhista, a qual foi prevista no item 17 do Edital, mas sim à qualificação econômico-financeira (item 18) e qualificação técnica (item 19).

A Corte Federal de Contas, no Acórdão 8330/2017-Segunda Câmara¹, entendeu que a benesse da concessão do prazo para regularização da documentação não se estende à qualificação econômico-financeira:

¹ Acórdão 8330/2017-Segunda Câmara, data da sessão 05/09/2017, Relator Augusto Nardes.

ENUNCIADO

O tratamento favorecido das microempresas e empresas de pequeno porte para comprovação de regularidade fiscal, previsto na Lei Complementar 123/2006, não se estende à qualificação econômico-financeira.

Portanto, mesmo a recorrente sendo enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, não poderia se valer do prazo de 05 (cinco) dias previsto na LC 123/2006 para a apresentação da certidão negativa de falência de forma extemporânea.

O mesmo entendimento se aplica à certidão de registro ou inscrição do licitante junto ao Conselho Regional de Nutrição - CRN, uma vez que se trata de documento de qualificação técnica, e não de regularidade fiscal.

Não obstante, com a introdução do art. 64 pela Nova Lei de Licitações, foi inserida a possibilidade de apresentação de novos documentos, em sede de diligência, que atestem a condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, segundo interpretação dada pelo TCU, o que será abordado no tópico a seguir.

II.2. Do Entendimento quanto à Possibilidade de Juntada de Documento Novo

A Lei n. 14.133/2021, atualizando o dispositivo concernente à entrega dos documentos, permitiu a substituição ou a apresentação de novos documentos em sede de diligência para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, vejamos:

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

§ 2º Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

Já IN 73/2022, que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal, prevê, em seu Capítulo XI, as condutas acerca do saneamento da proposta e dos documentos de habilitação:

CAPÍTULO XI

DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Proposta

Art. 41. O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observado o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Documentos de habilitação

Art. 42. A comissão de contratação poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

Realização de diligências

Art. 43. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que tratam os arts. 41 e 42, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

O Tribunal de Contas da União já exarou decisão na acepção de “ampliar” o poder de diligência a ser realizado por pregoeiros quando da condução de certames e do não envio de documentos de habilitação, admitindo a junta de documentos que venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame.

De acordo com o entendimento do TCU, tal conduta não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes, mas, pelo contrário, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanar os seus documentos de habilitação ou proposta, resulta em objetivo que vai contra o interesse público.

Nesse sentido, faz-se importante colacionar a ementa do Acórdão n. 1.211/2021 do

TCU²:

“REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. [...]”

Admitir a junta de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanar os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanar eventuais erros ou falhas que não atrem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea “h”, 17, inciso VI, e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprovatório de condição atendida pelo licitante quando apresentado sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro”. (sem grifos no original)

² TCU, Acórdão n. 1.211/2021, do Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, j. em 26.05.2021.

Do voto do Ministro Walton Alencar, relator do feito, pode-se perceber que foi apontada a possibilidade de juntar documentos que comprovem fatos já existentes, tudo com a finalidade de pensar na melhor proposta para a Administração Pública:

[...] Resta, ainda, identificar a abrangência do procedimento de saneamento de "erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica" previsto no art. 47 do Decreto 10.024/2019.

O art. 26, §9º, do mesmo normativo estabelece que "os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o § 2º do art. 38".

Já o art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993, aplicado subsidiariamente ao Pregão, dispõe que "é facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta".

O art. 2º, §2º, do Decreto 10.024/2019, por sua vez, reproduziu o mesmo texto do art. 4º, parágrafo único, do Decreto 3.555/2000: "as normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação".

Como visto, a interpretação literal do termo "[documentos] já apresentados" do art. 26, §9º, do Decreto 10.024/2019 e da vedação à inclusão de documento "que deveria constar originariamente da proposta", prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 pode levar à prática de atos dissociados do interesse público, em que o procedimento licitatório (meio) prevalece e ganha maior importância que o resultado almejado, qual seja, a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração (fim).

Imperioso observar que, visto por este prisma, a interpretação literal desses comandos legais vai contra o entendimento da jurisprudência deste Tribunal, no sentido de que o edital não constitui um fim em si mesmo. Cito caso semelhante à situação ora tratada em que, por meio do Acórdão 1758/2003-TCU-Plenário, de minha relatoria, o TCU considerou regular a inclusão de documentos no processo licitatório, no ato da sessão, conforme autorizado pela pregoeira, no exercício de suas regulares atribuições, tratadas no art. 11, incisos XIII e XIV, do Decreto 3.555/2000.

O edital de licitação constitui instrumento para a consecução das finalidades do certame licitatório, quais sejam, assegurar a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração e a igualdade de oportunidade de participação dos interessados, nos termos do art. 3º, caput, da Lei 8.666/93. Dessa maneira, a interpretação e a aplicação das regras estabelecidas devem ter por norte o atingimento dessas finalidades, evitando-se o apego a formalismos exagerados, irrelevantes ou desarrazoados, que não contribuam para esse desiderato.

As regras de licitações e a jurisprudência vêm evoluindo nesse sentido, sendo possível, por exemplo, ante à falta de junta de comprovantes de regularidade fiscal pelo licitante, a consulta, pelo próprio agente público que conduz o certame, a sites públicos em que constem tais documentos, nos termos do art. 40, parágrafo único, do Decreto 10.024/2019.

Em alinhamento com esse entendimento, a vedação à inclusão de documento "que deveria constar originariamente da proposta", prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993, deve se restringir ao que o licitante não dispunha materialmente no momento da licitação. Caso o documento ausente se refira a condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, e não foi entregue juntamente com os demais comprovantes de habilitação ou da proposta por equívoco ou falha, haverá de ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

Isso porque admitir a junta de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).

Cito ainda o disposto no art. 64 da nova Lei de Licitações (Lei 14.133 de 1º de abril de 2021), que revogará a Lei 8.666/1993 após decorridos 2 anos da sua publicação oficial:

"Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

3 TCU, Acórdão nº 2443/2021, do Plenário, Rel. Min. Augusto Sherman, j. em 06.10.2021.

Vale transcrever parte do voto do Relator Augusto Sherman no supracitado Acórdão:

ENUNCIADO
A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), não alcança documento destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, apresentado em sede de diligência. (sem grifos no original)

No Acórdão 2443/2021-Plenário³, datado de 06/10/2021, o TCU novamente afirmou a possibilidade de documento destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, apresentado em sede de diligência:

Assim, nos termos dos dispositivos citados, inclusive do art. 64 da Lei 14.133/2021, entendendo não haver vedação ao envio de documento que não altere ou modifique aquele anteriormente encaminhado. Por exemplo, se não foram apresentadas atestados suficientes para demonstrar a habilitação técnica no certame, talvez em razão de conclusão equivocada do licitante de que os documentos encaminhados já seriam suficientes, poderia ser juntado, após essa verificação no julgamento da proposta, novos atestados de forma a complementar aqueles já enviados, desde que já existentes à época da entrega dos documentos de habilitação.
Pelo exposto, julgo procedente a presente representação tendo em vista que o pregoeiro deixou de fundamentar o ato pelo qual concedeu nova oportunidade para envio de documentação, no prazo de 30 minutos, e considero prejudicada a medida cautelar pleiteada, uma vez que o certame foi revogado”.

O dispositivo reproduz a vedação à inclusão de novos documentos, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993; porém, deixa salvaguarda a possibilidade de diligência para a complementação de informações necessárias à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame, o que se alinha com a interpretação de que é possível e necessária a requisição de documentos para sanear os comprovantes de habilitação ou da proposta, atestando condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame.
Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.”

"[...] 13. Ademais, conforme bem pontuado pela Selog, os pareceres jurídicos que pautaram essa decisão, ignoram a jurisprudência mais recente do Tribunal, notadamente o Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues, cujo entendimento foi:

"Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos, de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim) ".

14. Desse modo, considero que a inabilitação da [licitante 1] foi irregular, e para promover a anulação da decisão administrativa que reformou a decisão do pregoeiro quanto à habilitação da [licitante 1], que ofertou o menor preço, com a consequente habilitação da referida empresa.

Acórdão:

9.3. determinar ao Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro, com fundamento no art. 4º, inciso I da Resolução - TCU 315/2020, que, no prazo de quinze dias, adote providências quanto ao item abaixo, e informe ao TCU os encaminhamentos realizados:

9.3.1. promover a anulação da decisão da autoridade competente que reformou a decisão do pregoeiro quanto à habilitação da [licitante 1] no Pregão 45/2020, que ofertou o menor preço, com a consequente habilitação da citada Empresa, tendo em vista que a apresentação, em sede de diligência, do CAT 24097/2021 pela [licitante 1], emitido em 9/3/2021, destinado a atestar condição preexistente à abertura da sessão pública, não se configura motivo plausível para a inabilitação do licitante, conforme entendimento firmado no Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues. (sem grifos no original)

Destarte, s.m.j., o novo entendimento consolidado da Corte de Contas é no sentido de que é possível, em sede de diligência, o envio de novo documento destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública e para a atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

12

No caso dos autos, portanto, pelo entendimento do TCU, o Pregoeiro poderia admitir a realização de diligência para que a recorrente pudesse providenciar a juntada do documento faltante, tendo em vista que, s.m.j., a certidão negativa de falência pode atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública.

O Edital também previu tal possibilidade no subitem 15.9, especialmente subitem 15.9.3.

Portanto, seria possível considerar que a apresentação extemporânea do referido documento poderia atestar condição de habilitação preexistente, na forma do preconizado pelo art. 64 da Lei nº 14.133/21 e pelos julgados da Corte de Contas acima colacionados, no sentido de privilegiar o interesse público.

No entanto, quanto à certidão de registro da recorrente junto ao CRN, s.m.j., não poderia ser entendido o mesmo entendimento, uma vez que o registro em si junto ao Conselho de Nutrição não ocorreu, estando ainda em análise e, por esta razão, a juntada extemporânea da referida certidão não refletiria uma condição preexistente à abertura da sessão, eis que, no momento da abertura do certame, a licitante não possuía o registro.

III - CONCLUSÃO

Pelo exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Comissão de Pregão II** para ciência das orientações jurídicas exaradas no presente parecer e decisão final, com a adoção das providências que entender cabíveis.

jurisprudência correlatas.

É importante registrar, todavia, que cabe à Comissão de Pregão avaliar a possibilidade de promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, atestando a condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, decidindo, por fim, acerca da habilitação ou não da recorrente, sempre de forma fundamentada, sendo de atribuição desta assessoria apenas a análise de legalidade e orientação jurídica acerca das possíveis vertentes aplicáveis, com base na legislação e na

Ressalte-se que o exame desta assessoria não comporta análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou organizacional, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se o presente parecer aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, com como questões de conveniência e oportunidade, cuja atribuição é do administrador, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 30 de abril de 2024.

Layne de Andrade Alves
Coordenadora de Nível Superior Jurídico de Processos Administrativos
Subprocuradoria de Processos Administrativos
Matrícula: 62.773


Layne de Andrade Alves
Coordenadora de Nível Superior Jurídico de Processos Administrativos
Subprocuradoria de Processos Administrativos
Matrícula: 62.773

M COSTA CORREIA LTDA
CNPJ: 46.295.883/0001-05
RUA PORTO ALEGRE, Nº 50
JARDIM EXCELSIOR
CABO FRIO – RJ CEP: 28.925-010



A

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO – RJ
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, TRABALHO E POLITICAS PÚBLICAS
PARA A JUVENTUDE
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Ilmo(a). Sr(a). Pregoeiro(a)
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 248/2023.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4196/2023

REF: PREGÃO ELETRÔNICO N. 248/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de REFEIÇÕES - alimentos prontos (preparados por terceiros) tipo quentinha para atender ao Ponto de Apoio para População em situação de Rua em cumprimento às disposições da Portaria nº 369/2020 com alterações da Portaria MDS nº 884 de 10 de maio de 2023 para execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), pelo período de 01 (um) ano.

M COSTA CORREIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 46.295.883/0001-05, estabelecida na RUA PORTO ALEGRE Nº 50 JARDIM EXCELSIOR, CABO FRIO –RJ, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, por intermédio de sua representante legal, interpor **CONTRARRAZÕES** em face ao recurso da empresa **KOLOMBU'S EVENTOS E GASTRONOMIA LTDA CNPJ nº 26.396.909/0001-**

CONTRARRAZÕES

1. DA TEMPESTIVIDADE

Nos termos do disposto do item 22 do Edital e Art. 165 §4º da Lei 14.133/21, está assegurado o prazo de 3 (três) dias para apresentação de recursos, sendo que findado o referido prazo, estará assegurado o mesmo prazo para apresentação de contrarrazões.

22.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

Considerando que o prazo final para apresentação dos recursos ocorreu às 23:59 horas do dia 24 de abril de 2024, temos por tempestiva a presente contrarrazões, apresentada até o dia 29 de abril de 2024 e nestes termos esperamos o recebimento, apreciação e julgamento conforme o que se segue:



2. Dos fatos.

A empresa **KOLOMBU'S EVENTOS E GASTRONOMIA LTDA CNPJ nº 26.396.909/0001-02** foi classificada no referido certame. Após o aceite de sua proposta a mesma foi convocada, para envio dos documentos habilitatórios.

A mesma enviou sua documentação e foi INABILITADA em função da Documentação apresentada não atender ao termo convocatório do edital licitatório em sua totalidade: não comprovou atender às exigências editalícias quanto a Certidão de Falência (item 18.2) e Registro da empresa junto ao CRN (item 19.1.1), restando assim inabilitada.

A empresa **KOLOMBU'S EVENTOS E GASTRONOMIA LTDA CNPJ nº 26.396.909/0001-02**, em resumo, entrou com recurso alegando que a certidão fazendária entregue por sua empresa deixa implícito que não há falência e quanto ao CRN que sua empresa já se encontra cadastrada, que no dia 19/04 por falta de atualização do site da CRN4 e incompetência do escritório seu registro ainda não estava disponível e colocou em anexos troca de e-mails com o CRN4 comprovando isso.

Ocorre que o RECORRENTE insiste em considerações meramente protelatórias que não merecem prosperar.

3. Do caso:

Essa comissão seguiu corretamente o edital e o seu termo convocatório durante o certame. É de dever do licitante acompanhar todo processo assim como entregar a comissão de licitação documentação regular e solicitada para sua habilitação. O próprio edital reforça essa máxima no item 5.1.4

5.1.5 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.1.6 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

M COSTA CORREIA LTDA
CNPJ: 46.295.883/0001-05
RUA PORTO ALEGRE, Nº 50
JARDIM EXCELSIOR
CABO FRIO – RJ CEP: 28.925-010



A falta de qualquer documentação solicitada no termo convocatório causa **inabilitação** do proponente, como foi nesse caso. Apenas em caso de micro empresas e empresas de pequenos porte, que logrem o seu benefício de enquadramento, de acordo com a lei de licitações e leis complementares, que terão 5 dias para apresentação de documentação de regularidade fiscal e trabalhista. Que não é o caso, visto que os dois documentos faltantes são relativos a qualificação econômico financeira e qualificação técnica.

Quanto a entrega de certidão fazendária entregue pela proponente, em nada tem haver com a certidão de falência e concordada pedida no item 18.2 do termo convocatório. A certidão apresentada trata apenas de **competências de Fazenda Pública, Dívida Ativa Municipal, Dívida Ativa Estadual e Dívida Ativa Federal**. Já a solicitada em termo convocatório é para a comprovação de pedido de falência pela empresa. O documento também informa se houve pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, conhecido como concordata.

Já quanto ao registro do CRN empresarial a empresa **KOLOMBUS EVENTOS E GASTRONOMIA** apresentou apenas protocolo de solicitação de registro. Como é sabido há todo um procedimento interno do CRN4 para aprovação ou não da empresa solicitante do registro. Tal dado é inclusive confirmado pelos próprios e-mails anexados pela empresa. Vide:

----- Mensagem original -----
De : registroj@crn4.org.br
Data: 19/04/2024 12:11 (GMT-03:00)
Para: 'kenia rocha'
<keniakolombus@hotmail.com>
Assunto: RES: Atendimento urgente

Prezada,
Já solicitamos análise urgente. Pego que
Compreendo, mas é necessário passar pela análise técnica e já solicitamos urgência. É preciso aguardar.

Comprovando portanto que no dia de sua convocação a mesma não detinha o documento solicitado.

O CNR4 não foi "incompetente" como informou a recorrente, ele tem ritos, procedimentos e prazos para conceder ou não tal registro. Essa comissão não poderia ter habilitado tal empresa sem a mesma ter comprovado sua inscrição no órgão visto que apenas um protocolo não é garantia de registro.

Portanto essa comissão agiu corretamente quanto a inabilitação da empresa **KOLOMBUS EVENTOS E GASTRONOMIA**.



M COSTA CORREIA LTDA
CNPJ: 46.295.883/0001-05
RUA PORTO ALEGRE, Nº 50
JARDIM EXCELSIOR
CABO FRIO – RJ CEP: 28.925-010

4. DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, por não existir qualquer fundamento, pleiteia-se respeitosamente à V. Sra. que seja conhecido a presente contratação, e no mérito julgado procedente, em permanecer com a INABILITAÇÃO da empresa **KOLOMBU'S EVENTOS E GASTRONOMIA LTDA** CNPJ nº 26.396.909/0001-02.

Termos em que pede e espera deferimento.

Cabo Frio – RJ, 25 de abril de 2024

FERNANDA RIBEIRO
BARBOSA:60664815
BARBOSA:60664815332
Assinado de forma digital
por FERNANDA RIBEIRO

332

Dados: 2024.04.25

11:54:38 -03'00'

FERNANDA RIBEIRO BARBOSA
Sócia Proprietária

Encerrada a fase de seleção de fornecedores do PE nº 248/2023, sem que qualquer empresa houvesse sido habilitada e o pregoão declarado fracassado, com base no Edital, foi aberta a fase de recursos, tendo sido apresentada intenção/proposição tempestivamente, pela empresa **KOLOMBUS GASTRONOMIA E EVENTOS LTDA.**, contra a decisão do pregoeiro que a inabilitou, que foi aceita por este Pregoeiro e a equipe de apoio.

I. RESUMO DO RECURSO

o que se segue:

Em cumprimento ao disposto nos termos do, artigo 165, inciso I, parágrafo §2º da Lei 14.133 de 1 de abril de 2021 o Pregoeiro desta Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, instituído pela Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, procedeu ao julgamento do Recurso interposto pela empresa **KOLOMBUS GASTRONOMIA E EVENTOS LTDA**, doravante denominada Recorrente, em 23 de abril de 2024, portanto, tempestivo, contra os termos a decisão deste pregoeiro que inabilitou a empresa, no Pregão Eletrônico nº 248/2023, informando

Processo Licitatório nº 4.196/2023, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 248/2023, REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de **REFEIÇÕES - alimentos prontos (preparados por terceiros) tipo quentinha para atender ao Ponto de Apoio para População em situação de Rua em cumprimento às disposições da Portaria nº 369/2020 com alterações da Portaria MDS nº 884 de 10 de maio de 2023 para execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), pelo período de 01 (um) ano.**

DECISÃO DE RECURSO PE 248/2023 - KOLOMBUS - CPII

Comissão de Pregão II

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA



NOVA
FRIBURGO
PREFEITURA



PROCESSO Nº: 10368/2024

RUBRICA: FOLHA:

A contrarrazoante suscitantemente alega que, (i) a recorrente não pode invocar o benefícios de 05 dias para regularização da sua documentação visto que não se tratam de documentos de regularidade fiscal ou trabalhista; (ii) a certidão fazendária entregue pela proponente, em nada tem haver com a certidão de falência e concordada pedida no item 18.2 do termo convocatório, ", (iii) que a recorrente apresentou apenas protocolo de solicitação de registro junto ao CRN, comprovando que no dia de sua convocação a mesma não detinha o documento solicitado.

as considerações apresentadas abaixo:

A Contrarrazoante, também tempestivamente, apresentou, por meio do Sistema Compras.gov.br, suas contrarrazões rebatendo as alegações do recurso apresentado pela empresa **KOLOMBUS GASTRONOMIA E EVENTOS LTDA.**, conforme

III. DAS CONTRARRAZÕES - IOL INSTITUTO DE OLHOS DOS LAGOS

A recorrente suscitantemente alega que (i) foi incorretamente inabilitada, afirmando que "entendia-se que atenderia" a "Certidão Fazendária", apresentada em substituição a Certidão Negativa de Falência, exigida no item 18.2 do edital, afirma ainda que o fato de a certidão apresentada informar que "NÃO CONSTA DEBITOS", fica "implícito que não há falência", prossegue afirmando que a Certidão Negativa de Falência, "não existe mais nos termos solicitados; (ii) em cumprimento a exigência disposta no item 19.1.1, alega que que está devidamente cadastrada junto ao CRN, sob o número 24200110, e que em 19/04/2024 (friso, data posterior a abertura do processo licitatório), solicitou urgência ao órgão regulador na conclusão do cadastro.

A Recorrente, também tempestivamente, apresentou, por meio do Sistema Compras.gov.br recurso pedindo a reconsideração da decisão conforme as considerações apresentadas abaixo:

II. DO RECURSO

Comissão de Pregão II

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA



NOVA
FRIBURGO
PREFEITURA



PROCESSO Nº: 10368/2024

RUBRICA: FOLHA:



Comissão de Pregão II

IV. DA ANÁLISE

Tendo em vista que as alegações são de cunho jurídico, feitas as considerações por esta comissão o presente recurso foi encaminhado a Procuradoria Geral Municipal, na forma que dispõe o subitem 25.11 do edital do Pregão Eletrônico nº 248/2023, para pronunciamento de ordem jurídica, a fim de subsidiar a decisão deste pregoeiro.

Conforme parecer jurídico exarado, em anexo a esta decisão, em síntese, a Procuradoria Geral entendeu, com fulcro no item 15.9 do edital e no art. 64 da NLLC, que não obstante, a recorrente, pudesse apresentar tardiamente a Certidão Negativa de Falência, visto que esta atesta condição anterior, o mesmo benefício não se estenderia ao registro junto ao CRN, visto que a recorrente não detinha a qualificação-técnica no dia de abertura da licitação.

VI. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 165, §2º da Lei 14.133/2021, e subsidiado pelo Parecer Jurídico exarado pela Procuradoria Geral Municipal, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **KOLOMBUS GASTRONOMIA E EVENTOS LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 248/2023, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, mantendo a decisão anteriormente proferida pela inabilitação da empresa recorrente.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>

Nova Friburgo, 02 de maio de 2024.

JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matrícula: 206.870

Av. Alberto Braune, nº 224 – 2º Andar / Sala 213 – Centro – Nova Friburgo – RJ
e-mail: pregaoeletronico.friburgo@gmail.com – Telefone: (22) 2525-9101 – Ramal 289